



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 03 de Outubro de 2019

MEC estuda como flexibilizar ensino superior privado



Hermes Figueiredo: "O MEC fez um chamamento e nós vamos atender. Estamos analisando como isso pode ser feito" — Foto: Davielym Dourado/Valor

Instituições particulares já se movem para apresentar propostas de autorregulação do setor

Por Beth Koike e Hugo Passarelli
— De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) estuda alternativas para flexibilizar a regulamentação das instituições privadas de ensino superior. Há cerca de um mês, ele criou uma proposta de decreto abrandando um leque de regras como exigir apenas uma análise documental, sem avaliação da qualidade dos cursos, para processos de credenciamento de

novas instituições.

No entanto, esse projeto demandaria grandes mudanças regulatórias, o que fez o MEC colocá-lo em banho-maria, segundo o Valor apurou. O documento chegou a circular entre representantes de grandes companhias do setor, segundo uma fonte.

Logo após esse recuo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, passou a oferecer, em diversas declarações públicas, a possibilidade de universidades particulares formalizarem uma iniciativa de autorregulação.

Rapidamente, as entidades que representam as instituições privadas abraçaram a ideia e já iniciaram grupos de trabalho para apresentar propostas ao MEC. Um dos pilares é a criação de agências independentes de “acreditação”, entidades autônomas já utilizadas nos Estados Unidos e na Europa. Porém, nessas regiões, tais agências são responsáveis apenas por questões envolvendo a qualidade do ensino, e não sobre a regulação, papel que continua sob responsabilidade do Estado.

Em discursos, Weintraub tem sinalizado carta branca para que todas as etapas regulatórias sejam realizadas sem ação estatal.

O Simesp, sindicato do setor, defende que essas agências de acreditação tenham poder sobre temas referentes à qualidade dos cursos e também à regulação.

“O MEC fez um chamamento e nós vamos atender. Estamos analisando como isso pode ser feito, vamos procurar especialistas porque é algo novo no Brasil”, afirmou Hermes Figueiredo, presidente do Simesp.

“Vamos ver com o MEC o que podemos incluir na autorregulação: se apenas os indicadores de qualidade ou se será possível estender para as normas de regulação”, disse Solon Caldas,





diretor-executivo da ABMES, associação das mantenedoras de ensino superior. Ambos citam que os processos regulatórios são muito burocráticos, cujos prazos de credenciamento levam anos.

No entanto, segundo fontes, há certo ceticismo sobre a flexibilização no ensino superior tão alardeada pelo ministro. Isso porque passar o bastão para as agências de acreditação demandaria uma mudança brusca na legislação e esvaziaria a Seres, secretaria responsável pela regulamentação de ensino superior do MEC.

O presidente do Semesp admite que o MEC perderia poder ao passar a responsabilidade para as agências acreditadoras, mas que essas seriam obrigadas a prestar contas ao MEC.

“O ministro possui um discurso para o público externo que não é retransmitido aos servidores da pasta”, observa uma fonte. Entre técnicos do MEC, há incerteza sobre qual a real proposta de Weintraub em razão dos dois movimentos em direção a uma política de desregulamentação

Segundo o consultor Maurício Garcia, ex-executivo do grupo americano DeVry, há diversas empresas de acreditação nos EUA, mas elas só emitem certificados sobre a qualificação dos cursos superiores. O selo de acreditação mais procurado é o Title Four, que possibilita às instituições concederem financiamento estudantil. “Os Estados americanos são responsáveis pela regulação e em alguns casos é até mais complicado que no Brasil. O Departamento de Educação, espécie de MEC dos EUA, é quem regula as agências”, explicou Garcia.

Segundo uma fonte, o desejo de replicar o modelo americano já vem desde a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, antecessor de Weintraub no comando do MEC.

O diretor-executivo do Semesp pontua que a mudança é um projeto de longo prazo - dificilmente ocorreria numa gestão de governo. “Mas precisa haver um primeiro passo”, disse. Na visão de uma fonte, esse é um processo de no mínimo oito ou dez anos.

A proposta de decreto na qual o MEC vinha trabalhando previa que o Conselho Nacional de Educação (CNE) perderia algumas atribuições para agilizar o trâmite burocrático, principalmente na abertura de cursos, cabendo a ele papel apenas recursivo.

No fim de 2017, o então ministro Mendonça Filho publicou o decreto 9.235, documento que abriu espaço para, entre outros desdobramentos, a expansão dos cursos a distância. Segundo uma fonte, a ideia inicial do MEC era aprofundar as desregulamentações criadas há três anos.

Procurado, o MEC negou que exista essa intenção, mas reconheceu que há iniciativas nessa direção. “Estão sendo elaborados estudos para melhorar o fluxo de trabalho, racionalizar e desburocratizar procedimentos administrativos no âmbito da regulação e supervisão da educação superior com a finalidade de agilizar processos, considerando como prioridade a qualidade do ensino.”

RETA FINAL

Após mudanças, governo garante Enem ‘sem surpresas’

RAPHAEL KAPA
sociedade@oglobo.com.br

Aum mês do primeiro domingo de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a estudante Nicole Marie D’Elia está ansiosa. Além do desafio de tentar uma vaga no curso de Medicina, a aluna do Colégio Notre Dame, no Recreio, acredita que as diversas mudanças na organização da avaliação neste ano fizeram com que muitos candidatos se sentissem inseguros.

—Quero fazer Medicina, o que já é desafiador. Ao mesmo tempo, acredito que as mudanças no governo podem fazer com que a prova não seja exatamente como nos últimos anos. A gente estuda sem saber direito o que vai cair, já que as ideias deste governo são bem diferentes das dos anteriores. Além disso, teve mudança de gráfica, o que cria o medo de a prova vazar, como já aconteceu antes —avalia Nicole.

As mudanças mencionadas por ela permearam o ano de preparação dos cerca de 5 milhões de candidatos que vão fazer o Enem, que acontece nos dias 3 e 10 de novembro (veja o calendário ao lado). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal que organiza a prova, teve

três presidentes; a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, setor dentro do Inep que cuida diretamente do Enem, contou com quatro diferentes diretores indicados para a função; e o próprio Ministério da Educação (MEC) teve dois titulares.

Em fevereiro deste ano, o governo federal anunciou a formação de uma comissão que avaliaria todos os itens do banco de questões do Enem. O grupo teria autorização para anular perguntas que expressassem “ideologia de gênero” ou tivessem “fundo ideológico”. Três meses depois, Marcus Vinicius Rodrigues, que presidia a autarquia à época, afirmou que a comissão não constatou “ideologia” alguma nos itens analisados.

Já a gráfica RR Donnelly, que tradicionalmente imprimia a prova desde 2009, faliu. O esquema de segurança da empresa foi elogiado nas edições anteriores por diferentes governos, e não houve vazamentos.

Em abril, o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiu que o Inep fizesse um contrato com uma outra gráfica por não haver tempo suficiente para uma nova licitação. A empresa escolhida foi a Valid S.A., que tinha ficado em segundo lugar na última disputa pelo contrato.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirma que os alunos não devem se preocupar e que uma das metas nesta edição é não deixar espaço para eventualidades:

— O aluno tem que administrar sua ansiedade nesta reta final. Nós

estamos trabalhando para que ele faça uma prova dentro do esperado.

DIGITAL ATÉ 2026

Lopes também comenta sobre possíveis mudanças no perfil das questões que serão cobradas:

— Queremos discutir educação, não polemizar com educação. Não queremos questões polêmicas, mas sim medir (avaliar) educação.

Mesmo sendo o terceiro presidente do Inep no cargo no governo Bolsonaro, Lopes diz não acreditar que as mudanças internas gerem qualquer problema com a prova, especificamente por conta da qualidade técnica da equipe do órgão:

— Assumi (o Inep) tranquilo. Já tive equipes com o mesmo tamanho e orçamento. A equipe técnica sabe bem o procedimento que deve ser feito para a (preparação da) prova. O Enem é um enorme projeto e, para mim, tem sido muito estimulante.

O presidente do Inep lembra que, nos próximos anos, o exame, gradualmente, passará a ser digital.

— Estamos trabalhando em três frentes: logística, pedagógica e tecnológica. Em 2020, 1% dos candidatos fará a prova digital e, até 2026, teremos o Enem 100% digital, com quatro aplicações ao ano — afirma Alexandre Lopes.

CUIDADO REDOBRADO

O presidente do Inep diz acreditar que o novo modelo possibilitará ao mesmo tempo





economia no exame e adaptar a prova à reforma do ensino médio.

Mas a especialista em avaliações educacionais e doutora pela UFPE Roberta Brandão diz ser preciso redobrar o cuidado em uma avaliação do tamanho do Enem. E que mudanças na organização e declarações polêmicas inevitavelmente geram instabilidade:

— Esta é a segunda maior avaliação educacional do planeta. Ela mexe com o sentimento de milhões de candidatos e de suas famílias. Declarações ganham uma dimensão muito maior do que em outras situações. Falas do presidente (Bolsonaro) e do ministro (da Educação, Abraham Weintraub) sobre possíveis mudanças na prova geram insegurança nos candidatos. Na reta final, é importante acalmar os ânimos para que os alunos possam dar o seu melhor. Sem interferências — afirma a professora.

“Queremos discutir educação, não fazer _ polêmica” Alexandre Lopes, presidente do Inep

“Declarações e mudanças geraram _ insegurança” Roberta Brandão, doutora em Educação

O QUE SERÁ?

O secretário de Educação de SP, Rossieli Soares da Silva, enviou um ofício com 23 perguntas ao Ministério da Educação tentando esclarecer os termos do programa de escolas cívico-militares. O estado não aderiu até agora ao projeto.

ÀS CEGAS

A proposta é uma das principais do governo de Jair Bolsonaro para a educação. “É difícil aderir a um programa que você não sabe o que é. Nos deixa absolutamente em dúvida”, diz Rossieli.

ARENA

Não está claro quem vai gerir a escola —se os militares ou a secretaria—, quem mandará neles e que papel exercerão nos colégios.

QUEM MANDA?

A questão hierárquica geral também preocupa. “Como será a relação com as Forças Armadas [e o governo de SP], instâncias federativas autônomas?”, questiona

o secretário. “A quem se recorre se algo não estiver ocorrendo bem?”

QUEM PAGA?

O MEC anunciou que destinará R\$ 1 milhão por ano para cada escola. Não há informações, no entanto, sobre como o dinheiro poderá ser usado. Rossieli questiona quem pagará o salário dos professores e o uniforme das crianças, em geral mais caro que o das outras unidades.

GOTA

Pela oferta do MEC, duas escolas paulistas poderão ser selecionadas para o programa. O estado tem 5.400 unidades escolares.

DATA

Como não aderiu até a sexta (27), prazo definido pelo MEC, a secretaria paulista enviou as questões e pediu novo prazo para estudar melhor o projeto. O ministério ainda não respondeu.

Atraso em gráfica pode prejudicar plano de avaliação da educação básica

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Atrasos na impressão das provas do Saeb, avaliação federal realizada em todo país, têm colocado em risco a realização do exame dentro do cronograma previsto, de 21 de outubro a 1º de novembro.

O tema preocupa secretários de Educação e também técnicos do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do Ministério da Educação responsável pela prova. Há conversas sobre um possível adiamento da prova —o que é negado oficialmente pelo governo Jair Bolsonaro (PSL)— ou extensão do prazo de aplicação.

A *Folha* apurou que funcionários do instituto informaram a coordenadores estaduais de avaliação que não haveria possibilidade de entregar a tempo todas as provas previstas para a aplicação. O encontro ocorreu na Cesgranrio, fundação contratada para fazer a aplicação do exame.

As provas do Saeb compõem o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano

do médio, além de prever neste ano avaliações na educação infantil e uma prova amostral de alfabetização. É prevista a participação de 6,8 milhões de alunos.

Questionado, o Inep diz que não há previsão de adiamento da aplicação do Saeb. A reportagem questionou a gráfica Valid, contratada para o trabalho, que não respondeu à reportagem.

Apesar de o início da aplicação estar previsto para o próximo dia 21, a impressão só teve início na semana passada, de acordo com informações repassadas a dirigentes educacionais.

O Inep afirma que analisa a possibilidade de estender o prazo de aplicação para além da data final prevista, de 1º de novembro. Mas, de acordo com nota do instituto, isso ocorreria por causa de pedidos feitos pelos estados.

A *Folha* questionou quais estados fizeram esses pedidos e quais foram os motivos, mas até a conclusão desta edição não havia resposta sobre isso.

O Consed, que representa os secretários estaduais de Educação, informou que não tem conhecimento de que algum estado tenha pedido o

adiamento.

A Valid foi contratada pelo governo em janeiro de 2019 por R\$ 143 milhões para imprimir o Saeb e outras avaliações, como Encceja (de certificação de jovens e adultos), Enade (para concluintes do ensino superior) e pré-testes (procedimento para validar as questões usadas nas avaliações).

Além desse contrato, a mesma gráfica garantiu a impressão do Enem deste ano depois que a gráfica que fazia os trabalhos, a RR Donnelley, anunciou falência. O TCU (Tribunal de Contas da União) investiga supostas irregularidades no certame.

O atraso de impressão atinge apenas o Saeb. As provas do Enem já estão todas impressas, segundo o Inep —o Exame Nacional do Ensino Médio está marcado para os dias 3 e 10 de novembro.

A diretoria responsável por avaliações da educação básica no Inep ficou mais tempo vaga do que ocupada sob o governo Jair Bolsonaro (PSL). O governo nomeou no dia 4 de setembro o general Carlos Roberto Pinto de Souza para o cargo, que estava vazio desde maio.

Aluna é esfaqueada em colégio do ABC

Marco Antônio Carvalho

Uma aluna do Colégio Ábaco, em São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, foi ferida no pescoço por um golpe de faca desferido por um aluno da mesma instituição no interior de um banheiro da unidade, na tarde de ontem. O estudante foi detido pela Polícia Militar e a jovem acabou levada ao pronto-socorro, onde seu quadro clínico era considerado estável no início da noite.

De acordo com informações da Polícia Militar, o caso aconteceu por volta das 15 horas. Um aluno teria saído de dentro de um dos boxes do banheiro onde a garota estava, sozinha, e desferiu o golpe no pescoço. Ela conseguiu escapar da abordagem, saiu do local pedindo socorro aos colegas e foi levada pelos funcionários ao pronto-socorro do Hospital Assunção.

O autor do ataque conseguiu sair da escola, mas funcionários usaram imagens da câmera de segurança para identificá-lo. A Polícia Militar foi até a sua residência, onde o apreendeu e o conduziu à delegacia acompanhado da mãe. Ele não conseguiu explicar o que motivou o ataque. O caso deverá ser apurado pela delegacia da região, que esclarecerá as circunstâncias em que o crime foi cometido.

O Colégio Ábaco informou pelas

redes sociais que suspendeu todas as atividades desta quarta-feira em suas unidades. Em outra nota, disse que os fatos estão sendo apurados. Informa ainda que “se trata de evento isolado, envolvendo dois alunos da instituição, em contexto que será esclarecido pela investigação policial”. “Cumpe mencionar que a aluna agredida foi encaminhada prontamente ao Hospital Assunção, onde se encontra sob cuidados médicos e fora de risco. O Colégio está prestando toda assistência necessária e se solidariza com as famílias envolvidas.”

Nas redes sociais, pais afirmaram que a situação causou pânico no local, até pela chegada rápida de policiais fortemente armados. Informações não confirmadas dizem que um dos professores ajudou a jovem, estancando o sangramento com uma camisa e cuidando dos primeiros socorros ainda no local.

O Ábaco se define na seção Blog dos Colégios, do site do Estado, como um “exemplo de excelência na educação ao trabalhar com princípios de responsabilidade, competência, compromisso e qualidade”. A instituição existe há 40 anos e conta com aproximadamente 2,7 mil alunos. O colégio atende todos os segmentos de ensino: infantil, fundamental, médio e prévestibular.

Dados levantados pelo Estado com base em boletins de ocorrência,

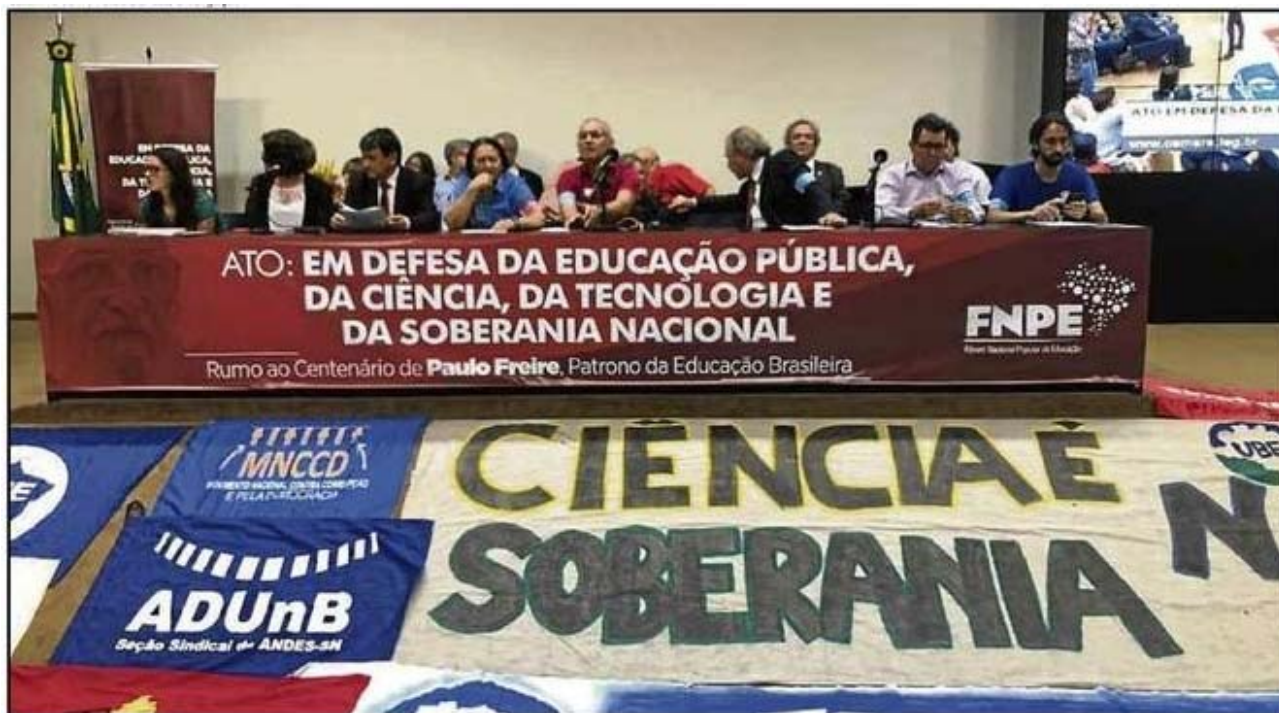
no segundo semestre de 2017, apontavam o registro de pelo menos três casos de agressão por dia em colégios públicos e particulares do Estado de São Paulo. A lesão corporal, nos registros envolvendo escolas, só ficava atrás dos roubos.

Professor atacado. Um aluno de 14 anos esfaqueou um professor no dia 19 de setembro dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Doutor Paulo Gomes Cardim, do Centro Educacional Unificado (CEU) Aricanduva, na zona leste da capital. Segundo a Polícia Militar, o estudante golpeou seu professor na região do abdome, por volta das 9h20, e depois se esfaqueou.

Universidade tem caso semelhante

● Um estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi esfaqueado, na tarde de ontem, dentro do câmpus universitário, nas proximidades do Centro de Educação (CE). A agressão, de acordo com informações da própria universidade, foi cometida por um outro aluno do mesmo curso. A vítima, identificada como Pedro Henrique de Souza, de 18 anos, foi atingida no pescoço, boca e ombro e recebeu os primeiros socorros no local. / MÔNICA BERNARDES, ESPECIAL PARA O ESTADO

Universidades param de novo



União Nacional dos Estudantes (UNE): atos desta semana já são o sétimo a favor da educação no Brasil somente neste ano

Mais uma mobilização nacional em defesa da educação paralisou as atividades de algumas universidades e institutos federais do país ontem. A greve, que continua hoje com atos em cidades espalhadas pelas cinco regiões do Brasil, tem como objetivo defender os recursos para a educação e estabelecer um diálogo com a sociedade sobre o papel das universidades. De acordo com a União Nacional dos Estudantes (UNE), esta é a sétima mobilização a favor da educação que acontece em 2019.

“O início de toda essa mobilização vem lá de maio, quando

foram anunciados os cortes de orçamento. Até hoje as universidades sofrem com a falta desses recursos. Por mais que o governo libere parte desse valor, ainda não é suficiente”, afirmou Iago Montalvão, presidente da UNE. Ele se referia ao desbloqueio de R\$ 1,9 bilhão de recursos do Ministério da Educação anunciado no início da semana.

O recurso descontingenciado foi dividido entre algumas áreas, entre elas o ensino superior, que ficou com a maior parte dos recursos liberados. As universidades que foram atingidas pelo corte em abril receberam cerca

de 58% do total, o que representa R\$ 1,156 bilhão. “Os movimentos nas ruas geraram uma certa pressão para que o governo não se sinta à vontade para continuar com os cortes”, avalia Montalvão.

Ele afirma que o movimento também ocorre devido à preocupação com o próximo ano. A pasta da Educação sofreu dois contingenciamentos de verbas este ano. O primeiro em abril, quando R\$ 5,8 bilhões foram congelados, e em julho, quando houve corte de R\$ 348,47 milhões.

Além disso, a aproximação das





universidades com a população também é um dos propósitos do movimento. “Queremos desmentir o que o governo falou sobre as universidades e a balbúrdia que acontece dentro das mesmas”, disse. Para Montalvão, o discurso do ministro da Educação, Abraham Weintraub, impulsionou e intensificou os movimentos. “Ao proferir ataques e justificar os cortes, estudantes, pesquisadores e professores se sentiram ofendidos porque são parte dessa comunidade acadêmica”, disse.

No Distrito Federal, os professores da Universidade de Brasília (UnB) adotaram a greve. “O MEC tem a função de coordenar e dirigir políticas amplas de educação. O que temos hoje é um ataque sistemático aos professores universitários das federais. O ministro faz um desserviço à educação pública, despreza as universidades, pois não tem capacidade e conhecimento da importância e qualidade das universidades públicas federais”, disse Luis Pasquetti, presidente da Associação dos

Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB).

Uma das atividades promovidas na capital foi um debate na Câmara dos Deputados. Catarina de Almeida Santos, professora da UnB e Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, explicou que o objetivo é abrir espaço para o debate com o Legislativo também sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que, segundo ele, “precisa ser aprovado e institucionalizado com maior participação da União”.

Hoje, segundo dia de paralisação, as entidades esperam atos nas ruas de diversos estados, com atividades programadas em 28 cidades. No DF, os professores farão um ato na Rodoviária do Plano Piloto e no aeroporto, com a exibição de projetos de pesquisa e extensão feitos pela Universidade.

*Estagiária sob a supervisão de Cláudia Dianni

EDUCAÇÃO »

Militares no CED 416

Pais e funcionários de colégio em Santa Maria aprovam modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar, com 87% de votos favoráveis

» BRUNA LIMA



Diretor da escola, Eduardo Rodrigues afirma que a medida é necessária

Os altos índices de criminalidade e violência ao redor do Centro Educacional 416 de Santa Maria, que se refletem em sala de aula, fizeram com que a associação de pais e a própria diretoria procurassem a Secretaria de Educação para indicar o interesse em adotar a Gestão Compartilhada com a Polícia Militar. Com 87% dos votos favoráveis, a escola é a décima instituição de ensino do DF a adotar o modelo e fecha a lista das que passam pela mudança neste ano.

Assim que o Governo do Distrito Federal (GDF) lançou o modelo, também conhecido como

“militarização nas escolas”, pais de alunos procuraram a direção para avaliar a possibilidade de a instituição participar. “Nossos filhos precisam de segurança para ir e ficar na escola. Demorou para isso acontecer. O que vem para o bem das nossas crianças eu apoio completamente”, comemora o teleatendente Rafael Borba, 36 anos, pai da aluna Bianca, do 8º ano. A adolescente concorda: “É muita violência. Também falta respeito dos alunos com os professores e com os próprios colegas. A disciplina vai ajudar.”

Apesar da votação expressiva, uma parcela de professores e alunos teme que haja autoritarismo e censura. “Eu votei contra, porque tenho medo de que essas regras me impeçam de me expressar como eu sou, espero que não”, relata Suzane, do 9º ano. Entre os argumentos contrários dos docentes, estava a preocupação com a liberdade pedagógica e o cumprimento com os investimentos na escola.

O diretor do CED 416, Eduardo Rodrigues, avalia a medida como necessária. “Fora dos muros da escola, temos altos índices de assalto, tráfico e uso de drogas. A realidade é sentida dentro do colégio, com problemas de brigas, bebidas, drogas e armas. O fato de o professor precisar gastar muito tempo com questões disciplinares

atrapalha o lado pedagógico”, afirma. “Tem tudo para dar certo, e esperamos poder ter uma visão dos militares não como opressores, mas parceiros”, acrescenta.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015, o centro teve nota 3,6 (numa escala de zero a dez) para o ensino fundamental. A meta para a unidade na etapa de ensino era de 4,3 pontos. A unidade atende 947 estudantes de anos finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino especial, e foi selecionada pela Secretaria de Educação após o Centro de Ensino Gisno, na Asa Norte, rejeitar a proposta, com 57% dos votos.

O CED 416 é a 10ª escola selecionada para participar do projeto do GDF. A meta do governador Ibaneis Rocha (MDB) é de que outras 30 unidades escolares também sejam transformadas em cívico-militares até o final do mandato, completando 40 escolas no total. Segundo a Secretaria de Educação, a unidade foi escolhida com base no Indicador de Vulnerabilidade Escolar (IVE), que abrange dados de vulnerabilidade social, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e da educação básica. “A pasta está elaborando os trâmites necessários para que o projeto seja implantado, sem prazo definido ainda”, diz a pasta em nota enviada ao Correio.



Agência Brasil

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

02/10/2019

MEC divulga resultados preliminares do Censo Escolar 2019

Escolas têm até o dia 31 para conferir e corrigir dados

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) divulgou hoje (2) os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2019. Os resultados podem ser conferidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Agora, os responsáveis pelas escolas públicas têm até 31 de outubro para conferir, complementar e, se for necessário, corrigir as informações publicadas.

Após a retificação, caso necessária, não será mais possível alterar os dados informados na Matrícula Inicial do Censo Escolar 2019, de acordo com o MEC. A divulgação dos resultados finais do Censo Escolar, das sinopses estatísticas, com todas as redes de ensino, de forma contextualizada, e com microdados públicos está prevista para o final de janeiro de 2020.

Censo Escolar

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico

educacional brasileiro nessa área. As matrículas e os dados escolares coletados servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento e divulgação de dados das avaliações realizadas pelo Inep.

O Censo abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional: o ensino regular - educação infantil, ensino fundamental e médio; a educação especial; a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a educação profissional, que abrange cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional.